



**Município de Campo Bom  
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**MENSAGEM AO PL Nº 004, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019**

Colenda Câmara Municipal de Vereadores,  
Excelentíssimo Senhor Presidente,

Encaminhamos o presente Projeto de Lei para vossa apreciação e deliberação, que visa à contratação emergencial de enfermeiros e técnicos de enfermagem para a Secretaria Municipal de Saúde.

As referidas contratações são necessárias, posto que há um número considerável de servidores em indisponibilidade em face de licenças de saúde e gestantes.

A referida contratação é temporária até a nova definição do quadro geral da Secretaria Municipal de Saúde.

A despesa decorrente, conforme impacto orçamentário-financeiro estimado que acompanha o Projeto de Lei, é absorvível pelo Erário, e não implicará em qualquer prejuízo às metas estabelecidas.

Diante do exposto, rogamos pela aprovação do presente Projeto de Lei.

Atenciosamente,

**LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI,**  
Prefeito Municipal.

Ao Exmo. Senhor  
Vereador PAULO CÉSAR LIMA TIGRE  
PRESIDENTE da Câmara Municipal de Vereadores  
NESTA CIDADE



**Município de Campo Bom  
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**PROJETO DE LEI Nº 004, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019**

**AUTORIZA A CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA DE ENFERMEIROS  
E TÉCNICOS DE ENFERMAGEM, PARA ATENDER NECESSIDADE  
EMERGENCIAL, DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO, E DÁ  
OUTRAS PROVIDÊNCIAS.**

**Art. 1º.** O Poder Executivo Municipal, nos termos autorizadores do inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal, e dos artigos 3º e 4º da Lei Municipal nº 4.125/2014, objetivando atender necessidade temporária, de excepcional interesse público, fica autorizado a contratar, pelo prazo de até 12 (doze) meses, prorrogável uma única vez por igual período:

I – 02 (dois) profissionais enfermeiros, para a prestação de uma jornada laboral de 36 (trinta e seis) horas semanais, com curso Superior em Enfermagem, habilitação legal para o exercício da profissão, registro no Conselho Regional de Enfermagem, e estar em dia com a anuidade de classe;

II – 03 (três) profissionais técnicos em enfermagem, para a prestação de uma jornada laboral de 36 (trinta e seis) horas semanais, com Ensino Médio Completo, formação como Técnico em Enfermagem, habilitação legal para o exercício da profissão, registro no Conselho Regional de Enfermagem e estar em dia com a anuidade de classe;

**Art. 2º.** O recrutamento da mão de obra a ser contratada nos termos desta Lei, será divulgado pelo Poder Executivo, e a seleção, que prescinde de prévio concurso público, será feita, relativamente aos interessados que preencham os requisitos de escolaridade, mediante aprovação em processo seletivo simplificado, constituído de prova e títulos.

§ 1º. Havendo empate entre os candidatos aprovados, terá preferência o candidato com maior idade.

§ 2º. A aprovação no processo seletivo simplificado não gera direito à contratação.

**Art. 3º.** As contratações formalizar-se-ão mediante CONTRATO ADMINISTRATIVO, observando-se, no mínimo, o seguinte:

I - jornada laboral diurna e/ou noturna, com carga de 6 (seis) horas diárias, e de 36 (trinta e seis) horas semanais;

II - faculdade de compensação de horários, mediante acréscimo em um dia e correspondente diminuição em outro, a critério da Administração Municipal, e mediante acordo escrito;

III - controle de frequência através de registros diários de início e término do serviço;



**Município de Campo Bom**  
**Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

- IV - repouso semanal remunerado, suprimível quanto à respectiva remuneração em caso de falta injustificada em qualquer dia da semana correspondente;
- V - serviço extraordinário não superior a duas horas diárias, e contraprestado com acréscimo de 50% (cinquenta por cento) do valor da hora normal, desde que justificado e autorizado por escrito pela Secretaria Municipal de Saúde;
- VI - férias, estas com acréscimo constitucional de um terço, em parcelas proporcionais ao período laborado, e tendo o respectivo valor determinado pela média remuneratória do pertinente período aquisitivo;
- VII - gratificação natalina, que corresponderá a um doze avos da remuneração devida ao servidor no mês de dezembro;
- VIII - contribuição para a previdência social;
- IX - utilização preferencial do contratado na respectiva área de atuação;
- X - rescisão justificada do contrato no descumprimento, pelo contratado, de qualquer dos deveres e/ou obrigações assumidas, ou, na prática de qualquer das infrações previstas para o funcionalismo municipal no respectivo estatuto ou na Consolidação das Leis do Trabalho;
- XI - punições disciplinares, ou de advertência escrita, ou de suspensão, esta com prejuízo remuneratório, e por no máximo 10 (dez) dias, sempre observada a gravidade da infração, ou a reincidência específica;
- XII - licença maternidade com a duração de 120 (cento e vinte) dias;
- XIII - licença paternidade, nos termos fixados na legislação federal;
- XIV - auxílio alimentação, conforme creditado aos servidores municipais, nos termos da legislação municipal pertinente;
- XV - licença para afastamento do serviço, sem prejuízo remuneratório por até 15 (quinze) dias em casos de doença ou acidente do trabalho impeditivos do exercício da função, e, ainda, igualmente sem prejuízo remuneratório, licenças:
- a) para a prestação de um exame vestibular;
  - b) por três dias, quando do falecimento de cônjuge, companheiro(a), genitores, e filhos e/ou irmãos;
  - c) por três dias, para contrair casamento;
  - d) por um dia, para doar sangue;
  - e) por um dia a cada ano, para alistar-se como eleitor, ou para prestar depoimento em juízo;
  - f) por dez dias, em caso de aborto não criminoso;
  - g) pelo prazo estabelecido na legislação federal, em caso de adoção.
- XVI - vale transporte.

§ 1º. A contraprestação pecuniária estabelecida para os contratados será revista na mesma oportunidade, e pelos mesmos índices de correção aplicados ao funcionalismo público municipal.

§ 2º. Para obtenção das licenças previstas no inciso XVI deste art. 3º, e respectivas alíneas, deverá haver comprovação documental, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da ocorrência que a motivar, sob pena de não mais ser aceita, e a falta ser considerada injustificada.



**Município de Campo Bom**  
**Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**Art. 4º.** O contrato firmado de acordo com esta Lei extinguir-se-á, sem direito a indenização de qualquer espécie, quando findo o prazo contratual.

**Art. 5º.** As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias, relativas ao exercício de 2019.

**Art. 6º.** Esta Lei entrará em vigor na data da respectiva publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de Campo Bom, 12 de fevereiro de 2019.

LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI,  
Prefeito Municipal.



**Município de Campo Bom**  
**Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**ANEXO I AO PROJETO DE LEI Nº 004, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019.**

**IMPACTO ORÇAMENTÁRIO-FINANCEIRO.**

Função	Nº POSSÍVEL de contratações	Vencimento mensal DO TITULAR DO CARGO estatutário correspondent e, EM INÍCIO DE CARREIRA (*)	Encargos sociais mensais (40%)	TOTAL mensal da DESPESA INDIVIDUAL	TOTAL DA DESPESA MENSAL, RELATIVAMANT E Ao todos os possíveis CONTRATADOS	Total da despesa anual, considerados ainda gratificação natalina, e férias com o terço constitucional (= 13,33 vencimentos)
Enfermeiros (carga horária semanal de 36 hrs)	2	R\$ 4.238,59	R\$ 1.695,44	R\$ 5.934,03	R\$ 11.868,05	R\$ 158.201,13
Técnico de Enfermagem (carga horária semanal de 36 hrs)	3	R\$ 1.990,25	R\$ 796,10	R\$ 2.786,35	R\$ 8.359,05	R\$ 111.426,14
<b>TOTAL</b>		<b>R\$ 6.228,84</b>	<b>R\$ 2.491,54</b>	<b>R\$ 8.720,38</b>	<b>R\$ 20.227,10</b>	<b>R\$ 269.627,27</b>

Considerando o estabelecido na tabela acima destacada, verificamos que se concretizadas todas as contratações temporárias pretendidas, tal implicará em um acréscimo de despesa no Exercício de 2019, no montante de R\$ 229.173,07, haja visto que já em curso o segundo mês.

Outrossim, que relativamente ao Exercício de 2020, teremos um aumento máximo na despesa prevista, decorrente do proposto neste Projeto de Lei, ainda que ocorrido reajuste de vencimentos na ordem de 10%, contratada a totalidade de pessoas previstas, e prorrogados os respectivos contratos por até por 12 meses, de R\$ 296.590,00 (R\$ 269.627,27+10%).

E, que no que concerne ao Exercício de 2021, somente haverá dois meses de despesa o que representa R\$ 48.949,58, valor já acrescido de 10% de reajustes, pois se prorrogado o contrato o mesmo atingirá o seu término em fevereiro de 2021.

Sabemos que cabe a este órgão o exame do projeto de lei quanto à sua compatibilização e adequação com as leis orçamentárias relativas ao plano plurianual, às diretrizes orçamentárias e à lei orçamentária anual; bem assim, a análise da proposição à luz da Lei de Responsabilidade Fiscal – LRF, na medida em que os gastos que advirão da implementação do projeto de lei em pauta, enquadrar-se-ão na condição de despesa obrigatória de caráter continuado, sujeita, portanto, à observância do disposto no artigo 17, §§ 1º e 2º, da referida LRF.



**Município de Campo Bom**  
**Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

Pelo que dispõe o mencionado § 1º do art. 17, da Lei Complementar nº 101/2000, o ato que criar ou aumentar despesa de caráter continuado deverá ser instruído com estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício em que entrar em vigor e nos dois subsequentes, e demonstrar a origem dos recursos para o seu custeio. Por sua vez, o § 2º do mesmo dispositivo determina que tal ato deve ser acompanhado de comprovação de que a despesa criada ou aumentada não afetará as metas de resultados fiscais previstas na Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO, devendo seus efeitos financeiros, nos períodos seguintes, ser compensados pelo aumento permanente de receita ou pela redução permanente de despesa.

No que concerne à adequação do projeto de lei à Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, é importante ressaltar que, tratando-se de proposição de aumento de despesa com pessoal, deve ser considerada também a determinação constitucional prevista no art. 169 da Carta Magna, e, especialmente, as restrições e exceções contidas no parágrafo primeiro deste dispositivo, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 19/98 (prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes e autorização específica na lei de diretrizes orçamentárias ).

A Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO para o exercício financeiro de 2019 contempla o demonstrativo da margem de expansão das despesas de caráter continuado, e nos dá conta de que há margem líquida de expansão suficiente para absorver o impacto orçamentário-financeiro decorrente da contratação emergencial e temporária objeto do projeto de lei em apreciação.

Nestes moldes, podemos afirmar que o Projeto de Lei em questão se mostra compatível e adequado com o art. 169 da Constituição Federal, com a Lei Complementar nº 101/2000, e com a Leis de Diretrizes Orçamentárias - LDO e de Orçamento para o Exercício de 2019.

E, notadamente, não prejudicará as metas de resultados fiscais previstos de sorte que orçamentária e financeiramente adequado, não oportunizando o extrapolamento do limite geral de despesas com pessoal.

Campo Bom, 12 de fevereiro de 2019.

**ADELINO VIEIRA VILANDE JUNIOR,**  
Secretário Municipal de Finanças,  
Substituto.



**Município de Campo Bom  
Estado do Rio Grande do Sul – Brasil**

**ANEXO II AO PROJETO DE LEI Nº 004, DE 12 DE FEVEREIRO DE 2019.**

**DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIO- FINANCEIRA.**

Na qualidade de ordenador da despesa, declaro para os devidos fins, especialmente os constantes do art. 169 § 1º, da Constituição Federal, da Lei Complementar nº 101/2000, e da legislação orçamentária municipal para o Exercício de 2019, e, que as contratações temporárias objeto do Projeto de Lei em pauta, assim como o aumento da despesa de tal medida decorrente - conforme impacto orçamentário financeiro que se constitui no respectivo Anexo I -, têm adequação orçamentário-financeira, e compatibilidade com o Plano Plurianual, e não levam ao extrapolamento do limite legal de comprometimento relativo as despesas com pessoal, de que trata a Lei de Responsabilidade Fiscal.

Campo Bom, 12 de fevereiro de 2019.

**LUCIANO LIBÓRIO BAPTISTA ORSI,**  
Prefeito Municipal.